



SEPEX – Seminário de ensino, pesquisa e extensão da Uneal
12 a 14 de agosto de 2025

**HISTÓRIAS DE MULHERES SOB A DITADURA: MEMÓRIA E
TESTEMUNHO EM ALAGOAS**

SILVA¹, Maria Mikaelly Santos da. Aluna do curso de Licenciatura em História da UNEAL (Universidade Estadual de Alagoas) e Bolsista de Iniciação Científica, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas (FAPEAL), e-mail: Mikaelly.silva.2022@alunos.uneal.edu.br. ²TAVARES, Marcelo Góes. Professor de História do Brasil da UNEAL\ História Campus III. Coordenador do Laboratório de História, Memória e Política (LAHMP\UNEAL) e-mail: marcelo.tavares@uneal.edu.br.

E-mail do autor correspondente: e-mail:
mikaelly.silva.2022@alunos.uneal.edu.br

RESUMO- O trabalho analisa testemunhos de mulheres alagoanas que sofreram violações de direitos durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), período marcado pelo autoritarismo, violação de direitos humanos, censura, perseguições políticas e a ausência de eleições diretas para presidente. Para Motta (2021) grupos que lideraram a transição democrática, marcada pela Constituição de 1988, não visavam enfrentar esse passado autoritário, suas intenções eram de esquecer o para que esse tema ficasse em segundo plano, não favorecendo assim que os valores democráticos fossem firmados na sociedade. Por isso, desde 2013/2014, com a polarização política, o golpe de 1964 e a Ditadura ocuparam lugar de ênfase nos discursos políticos. Dessa tentativas de lideranças democráticas em enfrentar a herança da ditadura a exemplo da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2012, tendo como papel investigar, documentar e esclarecer violações da ditadura e defender a preservação da memória e da justiça. A comissão e suas semelhantes, servem como base para a reconstrução democrática e a reconciliação estatal. A exemplo de comissões Estaduais a Comissão Estadual de Memória e Verdade Jayme Miranda (CEMVJM) no estado de Alagoas atuou de maio a outubro de 2016. A análise foi feita a partir de documentos referentes ao período histórico estudado, dentre eles, depoimentos de, Maria Lígia Jablonka, Maria Helena Silva, Maria Auxiliadora Arantes, Elza Miranda, Maria do Amparo Araújo, Maria Yvone Loureiro e Maria Lúcia de Souza que foram registrados pela CEMVJM. Metodologicamente, o testemunho como forma de resistência simbólica contra o poder opressor, tendo a decolonialidade que desafia as narrativas oficiais que buscam legitimar a violência de Estado e na construção da memória coletiva crítica, Silva (2021). Nessa perspectiva, os enquadramentos de vulnerabilidade



SEPEX – Seminário de ensino, pesquisa e extensão da Uneal
12 a 14 de agosto de 2025

foram considerados nas análises, pois eles são responsáveis por definir quem é visto como humano, digno de luto e proteção e quem não é, Butler (2018), entendendo que os que foram enquadrados como subversivos, não tinham vidas passíveis de serem lamentadas. O aumento do autoritarismo na última década no país, revela que as instituições democráticas coexistem com a tradição autoritária de direita, levantando questões sobre as marcas no tempo presente. A lei da Anistia nº 6.683/1979, por exemplo, que foi responsável por permitir que exilados e presos políticos fossem libertados e pudessem voltar, por ser ampla também beneficiou agentes de estado responsáveis por torturas e assassinatos, esbarrando nas recomendações da CNV que prevê que esses agentes sejam julgados e punidos. Por esse impasse, nenhum torturador foi responsabilizado e punido. Em 2010, após pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pela revisão da Lei da Anistia, o STF manteve a decisão de também anistiar os agentes de estado, mantendo um escudo sobre os torturadores. Segundo a filosofa Gagnebin (2010) foi uma reconciliação extorquida, pois os militares ainda estavam no poder quando a lei foi criada, implicando em um esquecimento oficial da violência e tortura, silenciando os crimes de Estado. Por isso, os diversos crimes denunciados pelas comissões permanecem sem a reparação devida, dessa maneira não houve reconciliação de fato, apenas encobriu essas transgressões, assim perpetuando a injustiça.

Palavras-chave: Memoração. Suscetível. Gênero.